

Doze tópicos para uma edição francesa da *História Trágico-Marítima*

Twelve issues for a French edition of the *História Trágico-Marítima*

Christine Zurbach¹
Universidade de Évora
zurbach@uevora.pt

1. A legitimidade e a pertinência do recurso à investigação tradutológica no estudo das literaturas e das culturas são hoje amplamente confirmadas pela vasta produção científica originada pela entrada dos Estudos de Tradução no mundo académico nos anos 1970-80, data a partir da qual a tradução deixou de ser ignorada. Dando acesso a uma leitura transnacional e trans-histórica dos processos de produção, transmissão e recepção das obras, o corpus das publicações em tradução passou a ocupar um lugar central para a compreensão de um mundo globalizado em que o fenómeno literário transborda as fronteiras nacionais.

O estudo da tradução permite também uma abordagem dos textos e da literatura na sua dimensão hermenêutica, evidenciada na produção de novas leituras e apropriações dos textos, nomeadamente em processos de reescrita, adaptação e antologização, que proporcionam novas leituras e desvendam por vezes sentidos ocultados ou desvalorizados na obra original. É o caso na publicação da tradução francesa aqui abordada, que sugere pela sua articulação discursiva com o comentário de José Saramago, uma aproximação da antologia aos textos produzidos pelos moralistas da época clássica (Parmentier, 2000).

2. O texto aqui alinhavado parte dos pressupostos resumidos *supra* que sustentam uma abordagem tradutológica e comparada do caso da tradução para a língua francesa de uma selecção de textos consagrados pela tradição literária e cultural portuguesa sob o título

¹ CHAIA/UE [2017] - Ref.ª UID/EAT/00112/2013 - [Projeto financiado por Fundos Nacionais através da FCT/Fundação para a Ciência e a Tecnologia]

História Trágico-Marítima, cuja temática se desenvolve em torno da tragédia dos naufrágios portugueses nas rotas marítimas entre Lisboa e os novos espaços comerciais ultramarinos na Ásia, relatados pelos sobreviventes. Publicados inicialmente em folhetos de cordel entre 1552 e 1563, com autores diversos, foram objecto, dois séculos mais tarde, de uma publicação entre 1735 e 1736, organizada pelo “erudito setecentista” (Simões, 1985:15) Bernardo Gomes de Brito (1688-*circa* 1759) no formato antológico que deu início à sua divulgação. Composta por 12 textos publicados em 2 volumes, a compilação, que intitulou *História Trágico-Marítima* (Lisboa, 1735-36) e publicou numa lição que corresponde ao gosto literário do séc. XVIII, deu aos relatos um estatuto institucional estabilizado. No confronto com a produção literária do seu tempo, o acto de *contar histórias* que testemunhassem a experiência “ordinária”, numa relação vital entre a história erudita escrita e a história oral de tradição popular, entrava no campo da ficção literária e artística.

3. Reconfigurando as fronteiras entre a Literatura, espaço da ficção, e a História, espaço do documento (Zurbach, 1996), os textos dos sobreviventes dos naufrágios potencializaram uma ideia de Literatura como espaço de experiência vivida e de elaboração e formalização da relação entre a nossa subjectividade e o mundo exterior. De facto, na sua origem, os relatos seiscentistas dos naufrágios portugueses apresentam-se como uma tipologia de escritos motivados por circunstâncias políticas, económicas e sociais que conotam negativamente o período das grandes descobertas e da expansão marítima e colonial. Encontramos nos relatos o registo do conflito moral protagonizado pelos sobreviventes quando, ao registar a memória do infortúnio sofrido, evocam as causas do fracasso da viagem, entre as quais o factor humano não é a menos relevante, nomeadamente a cobiça (que podemos considerar como emblemática) dos mercadores, como o sublinham os holandeses citados no relato sobre a viagem do Galeão Santiago:

Dizei, gente portuguesa, que nação haverá no mundo tão bárbara e cobiçosa que cometa passar o Cabo da Boa Esperança na forma que todos passais, metidos no profundo do mar com carga, pondo as vidas a tão provável risco de as perder, só por cobiça; e por isso não é maravilha que percais tantas naus e tantas vidas (...)

4. Nesse contexto, sendo os relatos dispositivos narrativos vinculados a uma experiência de vida, geralmente a do respectivo autor, acabam por reflectir uma escrita “comprometida” por parte de quem os produziu, tendo em conta a leitura igualmente implicada que suscita

junto do público leitor, envolvido na ligação social criada pelos próprios relatos, enquanto discurso sobre as contradições, reais e históricas, da sociedade coeva. Com efeito, a sua dimensão política não deriva apenas do seu conteúdo, como testemunho negativo e perspectiva disfórica sobre as viagens e os descobrimentos, ou ainda da publicação em si que insere os textos no ecossistema do literário, mas é a própria escrita dos relatos, pela dramaticidade associada à objectividade dos factos relatados, que restaura na superfície do texto a realidade subterrada, recalçada, dando acesso à História e à realidade, como “inconsciente político” do texto (Jameson, 1981).

5. A iniciativa editorial de Gomes de Brito pode ser considerada como um caso de sucesso. Desde a literatura dita de cordel no séc. XVI até hoje, os relatos foram sucessivamente reeditados em Portugal, quer no formato da edição completa, quer da selecção antológica, num processo de canonização selectiva legitimada pelo género da literatura de viagem. Além-fronteiras, análises importantes foram produzidas nos anos 1990 por académicos lusitanistas, com destaque para estudiosas de universidades italianas na área dos estudos literários como Giulia Lanciani ou Luciana Stegagno Picchio, com contributos largamente assentes nos modernos estudos de narratologia. Mais recentemente, Josiah Blackmore (2002) questionou tais leituras e devolveu os textos ao campo da História, pondo em relevo a sua especificidade enquanto escrita do fracasso, rompendo com o discurso crítico instituído.

6. Para os estudiosos, a questão continua a ter pertinência: como abordar esses relatos: pertencem ao campo da História ou da Literatura? Ao fazer o balanço da recepção crítica da *História Trágico-Marítima*, Maria Alzira Seixo refere a sua “recente inclusão no campo literário” (Seixo, 1996:161), não deixando de enumerar a diversidade e heterogeneidade das opções epistemológicas tomadas até aos anos 1980, e sublinhando o interesse que tais textos encerram para a investigação interdisciplinar.

Para a historiografia literária, os relatos integram o campo temático da viagem como “motivo transversal e abrangente de toda a literatura portuguesa de Quinhentos” (Bernardes, 1999:18), materializado num *corpus* de narrativas das “viagens de descobrimento e de conquista empreendidas pelos povos peninsulares” (ibid.) que marcaram toda a cultura europeia. Esses textos, cujo carácter popular é discutido em textos bem conhecidos de António Sérgio (1974), circularam primeiro em edições avulsas, antes de serem integrados na cultura setecentista dos letrados.

7. São, de facto, difíceis de classificar: se, por um lado, evidenciam um modelo narrativo homogêneo de raiz medieval (Lanciani 1996), têm a singularidade de cruzar o saber passivo, proveniente dos livros – crônicas históricas, cartas, itinerários, etc. –, e o saber activo introduzido pelo experiencialismo que, no contexto epocal da sua produção, conota os roteiros e, com maior premência, os relatos de naufrágios enquanto “histórias verdadeiras” (Bernardes, id.:297) cujo grau de efabulação permanece(rá) todavia indecidível aos olhos do leitor. Em termos ideológicos, foram lidos como expressão de uma literatura da *contra-epopeia*, que reflecte o conflito (patente na obra do dramaturgo Gil Vicente) entre a chamada *miragem* do Império e os anseios da nobreza agrária e da pequena burguesia urbana pobre, oponentes à política dos Descobrimentos. Sem serem panfletários, desocultam o indizível: enquanto vertente disfórica da viagem, num registo experiencial, são a “demonstração exemplar da justiça divina” (Bernardes, 1999:18), da culpa e do castigo merecido, que contrasta, em termos morais, com a consciência épica do poeta Camões ou a monumentalidade da narração na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

8. A história literária conta com uma tradição renascentista de recolhas de “histórias trágicas” como género moral que procura articular ética e moral. O título escolhido pelos primeiros autores dos folhetos e conservado por Gomes de Brito permite iluminar a abordagem narratológica geralmente seguida para o campo de um sub-género da tradição moral, pelo menos no volume de traduções em análise, que privilegia o tema da morte pela via da inclusão do texto inicial de José Saramago “A Morte familiar [La mort familière]”. De facto, o objectivo de narrar o desastre da viagem que está na origem do relato leva a centrar a narrativa no confronto violento com a morte, que culmina não só nos tópicos dissuasórios da tempestade e do naufrágio das barcas, mas também nas suas consequências cruéis em terras hostis. Funcionam como elementos estruturantes de cada narração, com uma dramaticidade crescente em descrições que amplificam o horrendo. Associados a um discurso reconfortante, “consolatório” (Lanciani, 1979:33) e de compaixão pelas vítimas, têm o tom da admoestação quando, à luz do pensamento cristão, o desaire surge como destino e punição pelos erros e “pecados” cometidos. O conjunto resulta num discurso mistificante que, segundo a mesma autora, acaba por “calar responsabilidades do sistema” (ibid.) e nunca questionar a base

ideológica das viagens da circunavegação justificadas como cumprimento da missão civilizadora e evangelizadora dos Portugueses.

9. As traduções representam um outro tipo de recepção que passa pela travessia de fronteiras linguísticas, literárias e culturais e acrescenta, como é visível no caso da *História Trágico-Marítima*, uma difusão significativa da obra no contexto da cultura europeia. Podemos verificá-lo na listagem inserida na obra dirigida por Maria Alzira Seixo e José Alberto Carvalho (1996) que refere traduções dos relatos de naufrágios para várias línguas, desde pelo menos o Romantismo oitocentista até à actualidade. São asseguradas por académicos ou especialistas dos estudos portugueses: para a língua espanhola, P. Blasco Suárez e, mais recentemente, Isabel Soler; para a italiana, G. B. B. Eyres ou Giulia Lanciani; para a inglesa, Ch. R. Boxer; para a alemã, Johannes Pögl.

São vários os tradutores para a língua francesa cujas traduções são anteriores ao nosso estudo de caso: M. D. Avocat, J. L. Hubert Simon Deperthes, Ortaire Fournier, e Georges Le Gentil, colaborador do editor Michel Chandeigne. A edição em língua francesa objecto destas reflexões surgiu em 2016 no catálogo do editor, integrada na Coleção Magellane Poche, com o título *Histoires tragico-maritimes (1552-1563)*. Composta por apenas três relatos agregados num pequeno volume em edição de bolso, tem a particularidade de juntá-los a um texto do romancista José Saramago, previamente publicado em língua portuguesa (Brito, 1972 referido *supra*) e traduzido para o efeito. É importante referir que Saramago é um autor do cânone, cuja obra é amplamente reconhecida no sistema literário francês. Com essa junção, a editora propõe uma leitura renovada dos relatos, favorecida pela sua tradução, que permite dar à obra de Gomes de Brito uma recepção actualizada, magistralmente antecedida pela leitura do próprio Saramago no texto introdutório.

10. No século XX, uma tradução francesa parcial da *História Trágico-marítima*, realizada por Georges Le Gentil, já tinha sido publicada pela editora parisiense Fernand Sorlot, em 1939. Com o título *Tragiques histoires de mer au XVIe siècle: récits portugais*, incluía os naufrágios das naus S. João, Conceição e São Paulo. Posteriormente, mas antes da edição aqui estudada, publicaram-se quatro outros relatos trágico-marítimos em língua francesa, entre 1992 e 2010: *Le naufrage que fit Jorge de Albuquerque Coelho en revenant du Brésil en l'an 1565*, traduit par Philippe Billié, Zulma, 1992; *Le naufrage de la nef São Bento*, traduit par Philippe Billié, Le Passeur, 1995; *Le naufrage des Portugais*

sur les rivages de Saint-Jean-de-Luz et d'Arcachon (1627), traduit par Georges Boisvert, Chandeigne, 2010; *Le naufrage de la Santiago sur les bancs de la Juive* (1585), traduit par Philippe Billé et Xavier de Castro, Chandeigne, 2010.

11. Em 2016 a colectânea tem um título que, pela sua semelhança com o original, a aproxima da obra fonte: *Histoires tragico-maritimes (1552-1563)*, o que a torna identificável na série das publicações da obra, mas, simultaneamente, pelo plural do substantivo, remete os textos para o campo antológico das *histórias*, ou seja, da afabulação. De entre eles, a editora seleccionou três relatos “particularmente notáveis [particulièrement remarquables]” (id:7). Aparecem com os títulos seguintes: *Naufrage du grand galion São João sur la côte du Natal en 1552*; *Naufrage de la nef Conceição sur les bas-fonds de Peros Banhos en l'année 1555*; *Naufrage de la nef São Paulo à l'île de Sumatra en l'année 1561*.

Paralelamente, na senda de outras edições portuguesas destinadas a um público alargado de não-especialistas, a obra inclui um glossário marítimo, um mapa de localização do naufrágio, e tem ilustrações na capa e na contracapa inspiradas de detalhes dos folhetos originais que vinculam a presente tradução à *verdade* histórica que sustenta os relatos.

A inserção dessas obras no catálogo da oferta da editora Chandeigne deve-se a um interesse declarado do editor pela história de Portugal e em particular pelas viagens dos descobrimentos no séc. XVI. É justificada também no elogio feito à qualidade dos textos numa apresentação que não hesita em classificá-los como “obra-prima da literatura portuguesa de viagem [le chef-d'œuvre de la littérature portugaise de voyage]”.

Se a tradução contribui assim para a canonização da obra de Gomes de Brito na literatura e na cultura francesas enquanto obra literária, fá-lo recorrendo a uma designação genológica criada para o efeito, sem legitimação literária, mas antes “mediática” ou “mediatizada” (numa terminologia dos nossos dias...). Para Chandeigne: “Estes relatos são narrativas de sobreviventes [Ces relations sont des récits de rescapés]” (p.7) feitas por quem se salvou, escapando à morte violenta descrita sem minimização do seu horror nos textos.

12. A morte é precisamente o tema central do prefácio de José Saramago, o qual dá sentido ao conjunto da publicação, que deverá ser

lida como um todo graças à chave de leitura proposta pelo romancista pela mão do editor.

Intitulado como vimos *supra* “A morte familiar [La mort familière]”, trata-se da tradução de um dos três “comentários em posfácio”² que fecham o 2º volume da colectânea publicada em Outubro de 1971 pelas edições Afrodite / Fernando Ribeiro de Mello, juntamente com dois textos centrados na análise literária do *corpus*: “Contexto verbal” e “contexto de situação” na História Trágico-Marítima” de Fernando Luso Soares, e “Da documentação e da criação”, por Maria Lúcia Lepecki.

Afastando-se das preocupações de crítica e análise literária desses dois contributos, o texto de José Saramago propõe uma leitura dos relatos de acordo com a ideia de literatura que estrutura a sua própria obra, enquanto autor, assumidamente orientada por valores morais e éticos, e de forte comprometimento político articulado com um incentivo à reflexão filosófica, sobre o sentido da vida humana.

No seu texto “A morte familiar”, o romancista deixa ao leitor um tema para meditar:

Que representa hoje este longo rosário de morte e sofrimento, despojado de todos os prestígios do heroísmo vivo ou da sua exploração literária? [Que représente aujourd’hui ce long rosaire de mort et de souffrance, dépouillé de tous les prestiges de l’héroïsme vivant ou de son exploitation littéraire?] (2016:9)

Os próprios sobreviventes não produziram apenas relatos factuais, mas interrogam em cada passo do seu testemunho o sentido do naufrágio que não souberam prever nem evitar, num contexto histórico caótico, construído sobre contradições insanáveis, entre grandeza e miséria.

Bibliografia

Bibliografia activa

Brito, Gomes de, Bernardo, *História Trágico-Marítima*, vol. I, ilustrações de Cruzeiro Seixas, edições Afrodite / Fernando Ribeiro de Mello, 1971.

² In Gomes de Brito (1972), p. XCVII-CXVI.; além dos comentários, a edição contém um glossário e respectiva lista de “Livros consultados”, notas de Neves Águas, e ilustrações de Cruzeiro Seixas (vol.1), de Carlos Calvet e José Escada (vol.2).

Brito, Gomes de, Bernardo, *História Trágico-Marítima*, vol. II, ilustrações de Carlos Calvet e José Escada, edições Afrodite / Fernando Ribeiro de Mello, 1972.

Histoires tragico-maritimes (1552-1563); traduction de Georges le Gentil; préface de José Saramago; note liminaire; glossaire maritime; Bibliografia / Fontes; Collection Magellane, Chandeigne & Librairie portugaise et brésilienne, Paris, Chandeigne, 2016.

Saramago, José, "A Morte familiar", in Brito, 1972, p. CIII-CIX.

Saramago, José, La mort familière, in *Histoires tragico-maritimes (1552-1563)*, Paris, Chandeigne, 2016, p.9-23.

Bibliografia passiva

Bernardes, José Augusto Cardoso, *História Crítica da Literatura Portuguesa [Humanismo e Renascimento]*, Reis, Carlos (dir.), vol. II, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1999.

Blackmore, Josiah, *Manifest Perdition: Shipwreck Narrative and the Disruption of Empire*, University of Minnesota Press, 2002.

Jameson, Fredric, *L'inconscient politique. Le récit comme acte socialment symbolique*, Editions Questions théoriques, 2012 [1981].

Seixo, Maria Alzira e Alberto Carvalho (org.), *A História Trágico-Marítima. Análises e perspectivas*, Lisboa, Cosmos, 1996.

Sérgio, António, "Em torno da "História Trágico-Marítima", in *Obras completas, Ensaios*, tomo VIII, Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1974, p.75-174.

Simões, Manuel, *A Literatura de viagens nos séculos XVI e XVII*, Editorial Comunicação, Col. Textos Literários, vol.40, 1985.

Zurbach, Christine, "História e ficção nos relatos de naufrágios. O caso da "Relação da muy notável perda do galeão Grande *são João*", in Seixo 1996, p. 209-224